



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA –
INMETRO
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Inmetro

Órgão 30203



4º Trimestre/2021

**Duque de Caxias/RJ
Janeiro/2022**



Índice

Apresentação.....	3
Declaração do Contador	4
Balanco Patrimonial.....	6
Balanco Orçamentário	12
Balanco Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
1 Análise Analítica do Balanco Patrimonial (BP)	19
1.1 Créditos a Receber Não Inscritos em Dívida Ativa.....	20
1.1.1 Metodologia de Cálculo do Índice de Perda com Créditos a Receber	21
1.2 Créditos a Receber Encaminhados e Inscritos em Dívida Ativa	27
1.2.1 Metodologia de Cálculo do Índice de Perda com Dívida Ativa	27
2 Imobilizado	31
2.1 Bens Móveis	31
2.2 Bens Imóveis	33
2.2.1 Concessão de Bem Imóvel ao Inmetro	35
2.3 Depreciação	35
3 Intangível	36
3.1 Ressalvas no Intangível	37
4 Análise Analítica da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	38
4.1 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	39
4.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Oriundas de Término de Convênios.....	39
5 Análise Analítica do Balanco Orçamentário (BO)	41



Apresentação

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro é uma autarquia federal, vinculada à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), do Ministério da Economia (ME).

O Instituto atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), colegiado interministerial, que é o órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro). O Sinmetro, o Conmetro e o Inmetro foram criados pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, cabendo a este último substituir o então Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM) e ampliar significativamente o seu raio de atuação a serviço da sociedade brasileira.

A missão do Inmetro é viabilizar soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços disponibilizados pelas organizações brasileiras, em prol da prosperidade econômica e bem-estar da nossa sociedade.

As principais atividades do Inmetro são: metrologia científica e industrial, metrologia legal, ponto focal de barreiras técnicas, educação para metrologia e qualidade, acreditação de organismos e laboratórios e avaliação da conformidade. Cabe ao Inmetro a fiscalização em metrologia e qualidade e o controle de conformidade no País.

A sede administrativa do Inmetro está localizada em Brasília, DF, mas as atividades de laboratório são desenvolvidas no campus localizado no distrito de Xerém, em Duque de Caxias, RJ.

Este relatório é composto pela Declaração do Contador e Demonstrações Contábeis do Inmetro e as Notas Explicativas. A Declaração do Contador visa comunicar o leitor as informações mais relevantes apontadas no encerramento do exercício. Em seguida, são transcritas as Demonstrações Contábeis do Inmetro, que contemplam a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, todos extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Em seguida estarão presentes as respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis com comentários das alterações mais relevantes ocorridas no exercício de 2021.



Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, uma autarquia do governo federal, criada por meio da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 – vinculada ao Ministério da Economia - ME – conta, em sua estrutura organizacional, com o Serviço de Contabilidade (Secon). De acordo com o Sistema de Contabilidade Federal (Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009), o Serviço de Contabilidade do Inmetro é tipificado como uma Setorial Contábil de Órgão. O Secon é responsável pelo acompanhamento da execução contábil e pelo registro da respectiva conformidade contábil do Inmetro, compreendendo as Unidades Gestoras: Superintendência do Inmetro no Estado de Goiás e a Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macro função 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto** quanto os assuntos mencionados a seguir:

a) VPA A CLASSIFICAR e VPA E DEDUÇÕES BRUTA A CLASSIFICAR - O montante de R\$ 220.664,70 na conta 491110106 – VPA BRUTA A REGULARIZAR – ALIENAÇÃO DE BENS, são referente a receita de alienação de bens que foram vendidos por meio de leilão realizado em 25/08/21 e recebido em novembro de 2021, sendo que a Divisão de Logística de Bens (Dilog), responsável pelo Patrimônio da autarquia, até 31/12/2021 ainda não tinha realizado a transferência e entrega dos bens arrematados, com a confecção dos respectivos termos de baixa patrimonial, a fim de possibilitar os devidos lançamentos contábeis e regularização no sistema SIAFI.

b) Créditos a receber, Créditos tributários e não tributários: Foram apropriados durante o exercício de 2021, baseado nos relatórios de créditos a receber gerados pelo Sistema de Gestão Integrada do Inmetro (SGI). Entretanto, considerando o histórico de créditos recebidos nos exercícios anteriores, a perda estimada média é da ordem de 90%. Este alto índice de perda estimada pode estar sendo impactado por créditos gerados no sistema, sem que seja provável que os benefícios econômicos futuros e o potencial de serviços associados com o ativo fluam para a entidade, ou seja, por créditos gerados sem que ocorra a expectativa de recebimento (créditos gerados em duplicidade, serviços cancelados ou não realizados, atualização de GRU sem o cancelamento da GRU anterior, etc.); podendo também ser originado pelo estoque de créditos de contribuintes não plenamente operacionais ou ainda alcançados pela prescrição, mas ainda ativos por questões sistêmicas. A fim de que os valores contabilizados no ativo e no ajuste para perdas estimadas espelhem a real possibilidade de recuperação econômico-financeira do crédito, foi solicitado à coordenação de informática responsável pelo Sistema de Gestão Integrada (SGI), a elaboração de um relatório de créditos com indicação de perdas por prescrição, além de uma análise do estoque de créditos no banco de dados do sistema, a fim de confirmar a veracidade e a recuperabilidade desses créditos. Constatando-se a impossibilidade de recuperação do crédito de forma definitiva, será efetuado o desreconhecimento contábil dos respectivos valores do ativo desta autarquia, em conformidade com os preceitos da NBC TSP e do MCASP (itens 2.1.1 e 2.1.2).

c) Dívida Ativa – Estão sendo registrados no sistema SIAFI, os créditos inscritos em Dívida Ativa. Entretanto, ainda está pendente a disponibilização de um relatório de créditos encaminhados à inscrição em Dívida Ativa no sistema SGI. Dessa forma, ainda não foi possível o lançamento desse saldo em contas de controle no SIAFI, conforme preceitua a Macro Função 021112 – Dívida Ativa da União. Esse módulo ainda está sendo desenvolvido pela Coordenação de Informática do Inmetro.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA –
INMETRO
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

d) Ativo Intangível – O registro da amortização ainda não foi realizado por não ter sido definido pela Administração os critérios e parâmetros para mensurar a desvalorização mensal desses ativos, bem como ainda não houve sua reavaliação.

Declaração:

Diante do exposto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, **relativos ao exercício de 2021, refletem, nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Inmetro, exceto no tocante as ressalvas apontadas.**

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022.

Francisco Eduardo Leitão Sampaio
CRC 085228/O
Chefe do Serviço de Contabilidade do Inmetro



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 2
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Bens Imóveis	6.765.292.667,52	7.335.008.185,73			
Bens Imóveis	6.767.851.349,09	7.337.477.343,64			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.558.681,57	-2.469.157,91			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	15.027.781,97	13.831.239,63			
Softwares	14.959.669,08	13.763.126,74			
Softwares	14.959.669,08	13.763.126,74			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	68.112,89	68.112,89			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	68.112,89	68.112,89			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	8.461.072.573,12	8.977.646.441,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.461.072.573,12	8.977.646.441,31

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	1.432.575.929,14	1.377.261.179,43	PASSIVO FINANCEIRO	41.768.792,30	36.249.049,66
ATIVO PERMANENTE	7.028.496.643,98	7.600.385.261,88	PASSIVO PERMANENTE	23.759.208,54	24.586.486,00
			SALDO PATRIMONIAL	8.395.544.572,28	8.916.810.905,65

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	23.185.106,73	24.005.530,47	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.180.439.127,57	2.437.647.543,73
Atos Potenciais Ativos	23.185.106,73	24.005.530,47	Atos Potenciais Passivos	2.180.439.127,57	2.437.647.543,73
Garantias e Contragarantias Recebidas	261.975,63	261.975,63	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	22.512.853,90	23.257.477,64	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.920.139.539,93	2.193.426.250,30
Direitos Contratuais	410.277,20	486.077,20	Obrigações Contratuais	260.299.587,64	244.221.293,43
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	23.185.106,73	24.005.530,47	TOTAL	2.180.439.127,57	2.437.647.543,73

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL



EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/01/2022 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.497.583,19
Recursos Vinculados	1.392.304.720,03
Previdência Social (RPPS)	-
Alienação de Bens e Direitos	1.861.624,70
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.390.443.095,33
TOTAL	1.390.807.136,84



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 1
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.761.211.258,12	1.580.856.604,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	545.785.502,31	448.585.952,19
Impostos	-	-
Taxas	545.785.502,31	448.585.952,19
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.974.062,50	1.828.895,09
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.974.062,50	1.828.895,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	121.706.816,18	93.306.316,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2,00	658.780,67
Variações Monetárias e Cambiais	206.633,48	1.890.716,89
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	121.367.146,42	90.718.950,68
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	133.034,28	37.868,30
Transferências e Delegações Recebidas	692.844.614,22	736.382.452,75
Transferências Intragovernamentais	683.744.563,40	723.252.282,60
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.100.050,82	13.130.170,15
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	85.240.674,97	18.379.758,31
Reavaliação de Ativos	33.914.850,39	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	45.326.833,32	4.070.444,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.998.991,26	14.309.313,41
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	313.659.587,94	282.373.230,03
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	220.684,70	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 2
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	65.609.040,69	73.852.182,33
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	247.829.862,55	208.521.047,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.285.026.689,94	1.502.978.017,65
Pessoal e Encargos	185.425.369,48	179.731.063,09
Remuneração a Pessoal	139.468.455,84	134.645.784,84
Encargos Patronais	40.821.171,13	39.935.194,38
Benefícios a Pessoal	5.135.742,51	5.150.083,87
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	102.952.133,18	104.938.408,73
Aposentadorias e Reformas	81.829.840,43	86.075.279,52
Pensões	19.599.494,96	17.248.316,15
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.522.797,79	1.614.813,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	110.476.739,76	109.410.314,49
Uso de Material de Consumo	5.519.643,22	3.600.105,58
Serviços	96.999.840,99	94.888.949,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.957.255,55	10.921.259,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.775.194,43	16.496.961,52
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	33.803,24	210.904,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	23.741.391,19	16.286.056,61
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.092.871.063,11	847.876.761,30
Transferências Intragovernamentais	799.350.646,66	572.930.265,09
Transferências Intergovernamentais	284.052.270,22	270.590.734,63
Transferências a Instituições Privadas	12.156,32	10.691,79
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.042.841,78	941.114,60
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.413.148,13	3.403.955,19
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	763.567.534,73	238.062.053,71
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	134.527.614,84	177.842.830,86
Perdas com Alienação	975.183,19	-
Perdas Involuntárias	29.461,68	252,60
Incorporação de Passivos	1.724.706,39	2.228.254,73
Desincorporação de Ativos	626.310.568,63	57.990.715,52



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	1.284.353,80	952.870,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	78.776,52	26.913,39
Contribuições	1.205.577,28	925.956,79
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.674.301,45	5.509.584,63
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	4.654.997,00	5.490.933,27
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	19.304,45	18.651,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-523.815.431,82	77.878.587,26

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 1
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	428.044.297,00	428.044.297,00	688.012.114,21	259.967.817,21
Receitas Tributárias	266.713.001,00	266.713.001,00	398.457.402,79	131.744.401,79
Impostos	-	-	-	-
Taxas	266.713.001,00	266.713.001,00	398.457.402,79	131.744.401,79
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	44.757.331,00	44.757.331,00	119.920.447,89	75.163.116,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	44.757.331,00	44.757.331,00	119.920.447,89	75.163.116,89
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.400.000,00	1.400.000,00	2.224.379,45	824.379,45
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.400.000,00	1.400.000,00	2.086.646,31	686.646,31
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	137.733,14	137.733,14
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	115.173.965,00	115.173.965,00	167.409.884,08	52.235.919,08
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	115.173.965,00	115.173.965,00	155.197.654,05	40.023.689,05
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	12.212.230,03	12.212.230,03
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	111.984.331,00	111.984.331,00	1.193.934,70	-110.790.396,30
Operações de Crédito	111.984.331,00	111.984.331,00	-	-111.984.331,00
Operações de Crédito Internas	111.984.331,00	111.984.331,00	-	-111.984.331,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	1.193.934,70	1.193.934,70
Alienação de Bens Móveis	-	-	1.193.934,70	1.193.934,70
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 2
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	540.028.628,00	540.028.628,00	689.206.048,91	149.177.420,91
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	540.028.628,00	540.028.628,00	689.206.048,91	149.177.420,91
DEFICIT			8.244.764,64	8.244.764,64
TOTAL	540.028.628,00	540.028.628,00	697.450.813,55	157.422.185,55
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	29.293.450,00	-	-29.293.450,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	29.293.450,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	663.391.545,00	693.429.639,00	685.995.458,25	676.879.572,77	647.818.254,93	7.434.180,75
Pessoal e Encargos Sociais	295.712.706,00	297.818.727,00	291.161.204,69	291.161.204,69	272.547.241,10	6.657.522,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	367.678.839,00	395.610.912,00	394.834.253,56	385.718.368,08	375.271.013,83	776.658,44
DESPESAS DE CAPITAL	12.200.000,00	11.455.356,00	11.455.355,30	8.740.428,24	8.740.384,41	0,70
Investimentos	12.200.000,00	11.455.356,00	11.455.355,30	8.740.428,24	8.740.384,41	0,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.375.859,00	2.375.859,00	-	-	-	2.375.859,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	677.967.404,00	707.260.854,00	697.450.813,55	685.620.001,01	656.558.639,34	9.810.040,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	677.967.404,00	707.260.854,00	697.450.813,55	685.620.001,01	656.558.639,34	9.810.040,45
TOTAL	677.967.404,00	707.260.854,00	697.450.813,55	685.620.001,01	656.558.639,34	9.810.040,45



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.002.463,15	9.162.078,68	9.367.087,84	9.282.163,38	2.564.669,35	317.709,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.959,18	3.923,90	3.923,90	2.035,28	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.002.463,15	9.156.119,50	9.363.163,94	9.278.239,48	2.562.634,07	317.709,10
DESPESAS DE CAPITAL	595.605,32	4.352.550,76	4.354.633,60	4.354.633,60	398.393,51	195.128,97
Investimentos	595.605,32	4.352.550,76	4.354.633,60	4.354.633,60	398.393,51	195.128,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.598.068,47	13.514.629,44	13.721.721,44	13.636.796,98	2.963.062,86	512.838,07

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	15.786,10	18.780.558,30	18.780.558,30	-	15.786,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	16.824.098,77	16.824.098,77	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	15.786,10	1.956.459,53	1.956.459,53	-	15.786,10
DESPESAS DE CAPITAL	25.063,43	-	23.751,71	-	1.311,72
Investimentos	25.063,43	-	23.751,71	-	1.311,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	40.849,53	18.780.558,30	18.804.310,01	-	17.097,82



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 1
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	689.206.048,91	493.803.253,38	Despesas Orçamentárias	697.450.813,55	681.939.033,54
Ordinárias	-	-	Ordinárias	161.179.779,59	33.591.102,81
Vinculadas	713.545.172,94	510.337.888,99	Vinculadas	536.271.033,96	648.347.930,73
Seguridade Social (Exceto Previdência)	285.206,52		Seguridade Social (Exceto Previdência)	41.765.908,48	21.661,15
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	41.500.000,00	69.928.218,00
Alienação de Bens e Direitos	1.193.934,70		Dívida Pública		40.668.789,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	712.066.031,72	510.337.888,99	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	453.005.125,48	537.729.261,75
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.339.124,03	-16.534.635,61			
Transferências Financeiras Recebidas	683.744.563,40	723.252.282,60	Transferências Financeiras Concedidas	799.350.646,66	572.940.638,39
Resultantes da Execução Orçamentária	625.359.246,17	692.400.449,82	Resultantes da Execução Orçamentária	23.432.527,40	20.021.547,49
Repasso Recebido	606.521.695,02	672.843.428,38	Repasso Concedido	824.908,53	462.005,57
Sub-repasso Recebido	18.837.551,15	19.546.801,44	Sub-repasso Concedido	18.837.551,15	19.546.801,44
Sub-repasso Devolvido		10.220,00	Repasso Devolvido	3.770.067,72	2.520,48
Independentes da Execução Orçamentária	58.385.317,23	30.851.832,78	Independentes da Execução Orçamentária	775.918.119,26	552.919.090,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	19.831.219,01	3.728.922,16	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.678.290,56	1.228.856,87
Demais Transferências Recebidas	357.628,13	640.527,77	Demais Transferências Concedidas	36.168,27	978.701,63
Movimentação de Saldos Patrimoniais	38.196.470,09	26.482.382,85	Movimento de Saldos Patrimoniais	773.203.660,43	550.711.532,40
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	211.941.076,34	155.278.277,34	Pagamentos Extraorçamentários	32.775.478,73	35.900.746,49
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	29.061.361,67	18.780.558,30	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18.804.310,01	19.076.921,50
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.830.812,54	13.514.629,44	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.636.796,98	16.587.795,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	364.534,52	310.857,87	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	331.133,28	236.029,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	170.684.367,61	122.672.231,73	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.238,46	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.650,36	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	3.238,46	
Restituições a Pagar	1.575,50				
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1.588,10			
Arrecadação de Outra Unidade	170.682.792,11	122.658.619,97			
Demais Recebimentos		10.373,30			
Saldo do Exercício Anterior	1.377.261.179,43	1.295.707.784,53	Saldo para o Exercício Seguinte	1.432.575.929,14	1.377.261.179,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.377.261.179,43	1.295.707.784,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.432.575.929,14	1.377.261.179,43
TOTAL	2.962.152.868,08	2.668.041.597,85	TOTAL	2.962.152.868,08	2.668.041.597,85



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 1
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	59.974.942,73	93.890.215,90
INGRESSOS	1.542.805.579,74	1.340.036.975,22
Receita Tributária	398.457.402,79	285.318.312,63
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	13.594,14
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.224.379,45	1.484.275,47
Remuneração das Disponibilidades	119.920.447,89	90.382.039,87
Outras Receitas Derivadas e Originárias	167.409.884,08	116.605.031,27
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	854.793.465,53	846.233.721,84
Ingressos Extraorçamentários	364.534,52	310.857,87
Restituições a Pagar	1.575,50	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	1.588,10
Transferências Financeiras Recebidas	683.744.563,40	723.252.282,60
Arrecadação de Outra Unidade	170.682.792,11	122.658.619,97
Demais Recebimentos	-	10.373,30
DESEMBOLSOS	-1.482.830.637,01	-1.246.146.759,32
Pessoal e Demais Despesas	-365.095.519,57	-360.697.275,67
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-22.952,98	-
Defesa Nacional	-	-502.860,84
Segurança Pública	-206.873,40	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-107.816.832,16	-107.229.544,85
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-7.982,76	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 12/01/2022	PÁGINA 2
--------------------	----------

SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-257.014.922,63	-252.944.940,41
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-22.717,18	-21.579,93
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-3.238,46	1.650,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-318.053.337,50	-312.272.816,04
Intergovernamentais	-275.690.817,37	-270.590.669,34
A Estados e/ou Distrito Federal	-265.655.896,62	-257.166.213,09
A Municípios	-10.034.920,75	-13.424.456,25
Intragovernamentais	-41.305.260,43	-40.730.275,02
Outras Transferências Concedidas	-1.057.259,70	-951.871,68
Outros Desembolsos Operacionais	-799.681.779,94	-573.176.667,61
Dispêndios Extraorçamentários	-331.133,28	-236.029,22
Transferências Financeiras Concedidas	-799.350.646,66	-572.940.638,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.660.193,02	-12.336.821,00
INGRESSOS	1.193.934,70	-
Alienação de Bens	1.193.934,70	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.854.127,72	-12.336.821,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.657.585,38	-11.080.385,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.196.542,34	-1.256.435,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.314.749,71	81.553.394,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.377.261.179,43	1.295.707.784,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.432.575.929,14	1.377.261.179,43



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

EXERCICIO 2021	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 12/01/2022	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	8.933.543.633,73	-	-	8.933.543.633,73
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	51.069.183,91	-	-	51.069.183,91
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-130.399.613,01	-	-	-130.399.613,01
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	77.878.587,26	-	-	77.878.587,26
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	8.932.091.791,89	-	-	8.932.091.791,89

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-523.815.431,82	-	-	-523.815.431,82
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-523.815.431,82	-	-	-523.815.431,82



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

1 Análise Analítica do Balanço Patrimonial (BP)

Analisando o Balanço Patrimonial após o encerramento do exercício de 2021, em relação ao exercício de 2020 (anterior), identificamos as maiores variações horizontais, conforme Quadro 1:

Posição	Ativo	AH	AV - 12/21
1	Clientes - LP	63,32%	0,00%
2	Créditos Tributários a Receber - LP	-36,57%	0,00%
3	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	20,44%	0,77%
4	Dívida Ativa Não Tributária - LP	14,64%	0,25%
5	(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	13,76%	-0,26%
6	Créditos Tributários a Receber - CP	-12,22%	2,49%
7	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	11,23%	-0,67%
8	Softwares	8,69%	0,18%
9	Bens Imóveis	-7,76%	79,99%
10	Dívida Ativa Tributária - CP	7,42%	1,09%

Posição	Passivo	AH	AV - 12/21
1	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP	-38,47%	5,79%
2	Benefícios Previdenciários a Pagar - CP	-16,60%	0,22%
3	Encargos Sociais a Pagar - CP	12,93%	0,07%
4	Outras Obrigações a Curto Prazo	-5,00%	35,65%
5	Pessoal a Pagar - CP	3,76%	35,30%
6	Valores Restituíveis - CP	1,57%	4,27%
7			
8			
9			
10			

Quadro 1: Análise Horizontal – Maiores Variações do 4º Trim/2021 em relação ao 4º Trim/2020 - BP.

Analisando o quadro 1, identificamos as variações mais relevantes do balanço patrimonial, considerando a análise horizontal (comparação entre o exercício anterior e o atual) e a análise vertical (percentual em relação ao total do ativo/passivo).

A variação mais significativa do ativo está em **Clientes de Longo Prazo (aumento de 63,32%)**. A variação é devida a maior constituição de crédito de serviços no longo prazo, fruto de atualizações do saldo de créditos a receber na conta 1.2.1.1.1.02.06 - FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS.

Analisando o item mais relevante do ativo, bens imóveis, pertencente ao imobilizado da autarquia, verifica-se que a queda apresentada de 7,76% é devida a baixa de imóveis de uso especial no spiunet, realizada pela Divisão de Logística de Bens (Dilog), durante o exercício de 2021.

Em relação ao Passivo, a variação mais significativa foi em **Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais – CP** (queda de 38,47%). A queda apresentada é resultante do pagamento à fornecedores nacionais, na prestação de serviços contratados pela autarquia durante o exercício. A parcela de redução mais relevante foi em Contas a Pagar Credores Nacionais na UG 183023, figurando em 31/12/2021 o saldo de fornecedores nacionais a pagar de R\$ 3.065.524,87, conforme detalhado na tabela a seguir:



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Tabela 1 – Saldo de Fornecedores Nacionais da UG 183023 em 31/12/2021, em R\$

<i>Fornecedor</i>	<i>Saldo</i>
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	12.920,79
ELETRONATA ENGENHARIA LTDA	27.778,85
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	299,57
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	15.532,36
FRONT SERVICO DE SEGURANCA LTDA	35.941,81
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.	2.410.524,48
GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE	269.630,28
J.D. PRESTES - EIRELI	1.311,72
KANTRO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	25.891,34
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	262.077,94
NOVA LOCAL RIO PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	39,97
REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	0,02
RHANA CARGA INTERNACIONAL LTDA	3.575,74
Total Geral	3.065.524,87

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

Verifica-se que alguns saldos apresentam valores residuais não baixados até o fim do exercício, que serão regularizados até o fechamento do próximo trimestre.

1.1 Créditos a Receber Não Inscritos em Dívida Ativa

Os créditos a receber desta autarquia são ajustados mensalmente através de lançamentos de apropriação e/ou baixas, conforme orientação das Macro Funções 020333 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER E AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, 020337 - CRÉDITOS A RECEBER – CLIENTES e 020346 - MULTAS ADMINISTRATIVAS. Os lançamentos são realizados por intermédio dos relatórios de créditos a receber fornecidos pelo Sistema SGI, de forma consolidada. O SGI é o Sistema de Gestão Integrada, utilizado pelo Inmetro e a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I) para realizar a gestão e cobrança das atividades realizadas pela autarquia.

A tabela a seguir apresenta o saldo de créditos a receber em 31/12/2021, bem como o ajuste de perdas estimadas por espécie de crédito, demonstrando desta forma a expectativa dos valores realizáveis, registrados no ativo da autarquia, espelhando no SIAFI os saldos constantes nos relatórios do SGI.

Tabela 2 – Créditos a Receber em 31/12/2021, em R\$

	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos Tributários a Receber	210.461.901,99	109.890,86	210.571.792,85
Não Previdenciários – Não Parcelados	208.243.601,53	107.015,89	208.350.617,42
Não Previdenciários – Parcelados	2.218.300,46	2.874,97	2.221.175,43
Créditos Não Tributários a Receber	482.593.008,61	3.886.298,33	486.479.306,94
Clientes a receber – Serviços	3.331.122,07	9.547,82	3.340.669,89
Crédito de Infrações	478.360.706,55	3.876.750,51	482.237.457,06
Indenizações	901.179,99	-	901.179,99
Total	693.054.910,60	3.996.189,19	697.051.099,79
(-) Ajuste de Perdas Estimadas de Créd. Trib. Não Parc.	(171.018.465,75)	(106.991,84)	(171.125.457,59)
(-) Ajuste de Perdas Estimadas de Créd. Trib. Parcelados	(2.132.126,56)	(2.874,97)	(2.135.001,53)
(-) Ajuste de Perdas Estimadas de Clientes a Receber	(3.176.254,78)	(9.547,82)	(3.185.802,60)
(-) Ajuste de Perdas Estimadas de Créditos de Infrações	(465.261.516,81)	(3.871.544,37)	(469.133.061,18)
Total de Ajustes	(641.588.363,90)	(3.990.959,00)	(645.579.322,90)
Expectativa de Créditos a Receber	51.466.546,70	5.230,19	51.471.776,89

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

A autarquia também possui créditos apurados por Decisão do TCU, quando ocorre o julgamento da Tomada de Contas Especial instaurada, com a publicação da decisão no Diário Oficial da União, havendo a imputação do dano aos responsáveis. Os lançamentos foram realizados conforme orientação da Macro Função 021138 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS, onde apenas é reconhecido no ativo os créditos cujo julgamento das contas pelo TCU já tenha ocorrido.

Esses créditos foram atualizados em dez/2021 e o detalhamento pode ser visto a seguir:

Tabela 3 – Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio, Decisão do TCU, em 31/12/2021, em R\$

	Circulante	Não Circulante	Total
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão do TCU	-	4.728.851,40	4.728.851,40
Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos	-	1.290.581,94	1.290.581,94
Créditos a Receber por Desfalques ou Desvios	-	3.438.269,46	3.438.269,46
Total	-	4.728.851,40	4.728.851,40

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

1.1.1 Metodologia de Cálculo do Índice de Perda com Créditos a Receber

Para que a contabilidade possa evidenciar com precisão e clareza o Patrimônio do Inmetro, faz-se necessário que os valores a receber que apresentam significativa probabilidade de não realização, bem como os ativos que não geram os benefícios econômicos esperados, sejam ajustados a valor realizável. O ajuste foi feito por intermédio da utilização de contas redutoras dos ativos que estavam mensurados acima do valor provável de realização. A metodologia utilizada para determinação do quociente de recebimento utilizado no exercício de 2021 foi a de utilização do histórico de recebimentos passados, tomando como base o histórico de recebimentos dos três últimos exercícios, ou seja, de 2018, 2019 e 2020. Os coeficientes de recebimento foram apurados por espécie de crédito (tributário e não tributário), de curto e longo prazo. Em relação aos créditos tributários, foram calculados quocientes para os créditos parcelados e para os não parcelados.

Nesta metodologia, a perda estimada foi calculada aplicando-se o quociente de recebimento sobre o saldo atualizado das contas de créditos a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta de créditos a receber. Em termos matemáticos:

Perda estimada = Saldo atualizado das contas de Créditos a receber (quociente médio de recebimentos X Saldo atualizado da conta de Créditos a receber).

Para encontrar o valor da variável “quociente de recebimentos” foi calculado, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta créditos a receber para cada exercício. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício ÷ 12

Média mensal dos saldos da conta créditos tributários a receber = soma dos saldos mensais ÷ 12

Após o cálculo destas duas variáveis, foi calculado o quociente de recebimento utilizando as informações dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de créditos a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento: Média mensal de recebimentos do exercício ÷ Média mensal dos saldos das contas de créditos a receber do exercício

Após a apuração do quociente de recebimento de 2018, 2019 e 2020, o valor final que foi utilizado no exercício de 2021 foi a média dos três exercícios. O cálculo é discriminado nas tabelas a seguir:



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Tabela 4 – Cálculo dos Quocientes de Perda Estimada

TRIBUTÁRIOS - CURTO PRAZO NÃO PARCELADOS (1.1.2.1.1.01.00)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	344.574.146,67	28.714.512,22	2.624.365.957,75	218.697.163,15	13,13%
Penúltimo Exercício	2019	474.918.457,34	39.576.538,11	2.484.354.217,23	207.029.518,10	19,12%
Antepenúltimo Exercício	2018	496.920.610,14	41.410.050,85	2.324.110.069,92	193.675.839,16	21,38%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						17,88%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						82,12%

TRIBUTÁRIOS - CURTO PRAZO PARCELADOS (1.2.1.1.1.02.00)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	1.004.910,49	83.742,54	29.937.691,39	2.494.807,62	3,36%
Penúltimo Exercício	2019	654.089,05	54.507,42	19.960.669,41	1.663.389,12	3,28%
Antepenúltimo Exercício	2018	1.268.208,86	105.684,07	25.260.706,82	2.105.058,90	5,02%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						3,88%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						96,12%



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA –INMETRO
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

TRIBUTÁRIOS - LONGO PRAZO NÃO PARCELADOS (1.2.1.1.1.01.01)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	52,18	4,35	1.287.342,14	107.278,51	0,00%
Penúltimo Exercício	2019	-	-	1.308.574,39	109.047,87	0,00%
Antepenúltimo Exercício	2018	796,94	66,41	1.257.603,02	104.800,25	0,06%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,02%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						99,98%

TRIBUTÁRIOS - LONGO PRAZO PARCELADOS (1.2.1.1.1.01.02)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	-	-	1.659.072,96	138.256,08	0,00%
Penúltimo Exercício	2019	-	-	5.019.061,67	418.255,14	0,00%
Antepenúltimo Exercício	2018	-	-	9.311.990,04	775.999,17	0,00%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,00%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						100,00%



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

NÃO TRIBUTÁRIOS DE CLIENTES A RECEBER (SERVIÇOS) - CURTO PRAZO (1.1.2.2.1.01.06)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	1.515.108,51	126.259,04	39.928.808,21	3.327.400,68	3,79%
Penúltimo Exercício	2019	1.978.652,09	164.887,67	37.588.472,26	3.132.372,69	5,26%
Antepenúltimo Exercício	2018	1.804.098,22	150.341,52	36.902.709,32	3.075.225,78	4,89%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						4,65%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						95,35%

CRÉDITOS DECORRENTE DE INFRAÇÕES - CURTO PRAZO (1.1.3.8.1.07.00)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2018	84.465.032,79	7.038.752,73	5.624.210.246,82	468.684.187,24	1,50%
Penúltimo Exercício	2017	169.959.194,84	14.163.266,24	5.637.776.381,34	469.814.698,45	3,01%
Antepenúltimo Exercício	2016	197.931.211,55	16.494.267,63	5.351.533.472,18	445.961.122,68	3,70%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2019						2,74%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2019						97,26%



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

NÃO TRIBUTÁRIOS DE CLIENTES A RECEBER (SERVIÇOS) - LONGO PRAZO (1.2.1.1.02.06)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	-	-	9.594,64	799,55	0,00%
Penúltimo Exercício	2019	-	-	-	-	
Antepenúltimo Exercício	2018	-	-	-	-	
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,00%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						100,00%

CRÉDITOS DECORRENTE DE INFRAÇÕES - LONGO PRAZO (1.2.1.2.1.98.21)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	174.085,44	14.507,12	56.839.091,89	4.736.590,99	0,31%
Penúltimo Exercício	2019	50.126,03	4.177,17	82.525.798,61	6.877.149,88	0,06%
Antepenúltimo Exercício	2018	28.153,69	2.346,14	78.516.397,64	6.543.033,14	0,04%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,13%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						99,87%



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Tabela 5 – Resumo dos Quocientes de Recebimento Apurados

Tipo De Crédito	Quociente De Recebimento	Quociente De Perda Estimada
TRIBUTÁRIOS - CURTO PRAZO NÃO PARCELADOS (1.1.2.1.1.01.00)	17,88%	82,12%
TRIBUTÁRIOS - CURTO PRAZO PARCELADOS (1.2.1.1.1.02.00)	3,88%	96,12%
TRIBUTÁRIOS - LONGO PRAZO NÃO PARCELADOS (1.2.1.1.1.01.01)	0,02%	99,98%
TRIBUTÁRIOS - LONGO PRAZO PARCELADOS (1.2.1.1.1.01.02)	0,00%	100,00%
NÃO TRIBUTÁRIOS DE CLIENTES A RECEBER (SERVIÇOS) - CURTO PRAZO (1.1.2.2.1.01.06)	4,65%	95,35%
CRÉDITOS DECORRENTE DE INFRAÇÕES - CURTO PRAZO (1.1.3.8.1.07.00)	2,74%	97,26%
NÃO TRIBUTÁRIOS DE CLIENTES A RECEBER (SERVIÇOS) - LONGO PRAZO (1.2.1.1.1.02.06)	0,00%	100,00%
CRÉDITOS DECORRENTE DE INFRAÇÕES - LONGO PRAZO (1.2.1.2.1.98.21)	0,13%	99,87%

Através desses quocientes, é possível verificar a baixa expectativa de recebimento principalmente nos créditos de longo prazo.

Esta perda pode ser justificada pelo estoque de créditos de contribuintes não plenamente operacionais, por créditos gerados sem que ocorra a expectativa de recebimento (créditos gerados em duplicidade, serviços cancelados ou não realizados, atualização de GRU sem o cancelamento da GRU anterior, etc.) ou ainda alcançados pela prescrição, mas ainda ativos por questões sistêmicas. A fim de que os valores contabilizados no ativo e no ajuste para perdas estimadas espelhem a real possibilidade de recuperação econômico-financeira do crédito, estão sendo buscados esforços junto a coordenação de informática responsável pelo Sistema de Gestão Integrada (SGI), para realizar o aprimoramento do sistema. Neste sentido, foi aberta a Ordem de Sistema CSS nº 20210294668, específica para atender esta demanda e possibilitar uma resposta definitiva sobre o quantitativo de créditos. Constatando-se a impossibilidade de recuperação do crédito de forma definitiva, seja pelos créditos alcançados pela prescrição, ou por inaptidão dos contribuintes devedores, ou ainda pelo reconhecimento equivocado do crédito em sistema, será efetuado o desreconhecimento contábil dos respectivos valores do ativo desta autarquia, em conformidade com os preceitos da NBC TSP Estrutura Conceitual (itens 3.10 a 3.16 e 5.6 a 5.13) e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (itens 2.1.1 e 2.1.2).

Em relação aos créditos de longo prazo, a baixa expectativa de recebimento é explicada pelo fato de o valor do recebimento antecipado do crédito ser insignificante, gerando uma taxa de recebimento muito pequena. Esses créditos, ao terem sua perspectiva de recebimento inferior ao término do exercício seguinte, passam a ser de curto prazo. Esta movimentação pode ocorrer mensalmente, assim que o sistema SGI identificar a mudança na expectativa de recebimento dos créditos, gerando a informação a ser contabilizada.

Verifica-se que os créditos de longo prazo correspondem a menos de 1% do total de créditos a receber não inscritos em Dívida Ativa. Mesmo com o inadimplemento de créditos a receber, pelo fato de ainda não estarem inscritos em Dívida Ativa, sua expectativa de recebimento continua sendo de curto prazo, ou seja, no ativo circulante. Após ocorrência da inscrição em Dívida Ativa, pelo fato de haver incerteza do prazo para recuperação desses créditos, eles passarão a ser de longo prazo, compondo o ativo não circulante, salvo se a expectativa de recebimento dos mesmos puder ser confiavelmente mensurada pelo sistema como de curto prazo.

Em relação aos créditos por dano ao patrimônio público, por seu reconhecimento ter sido realizado a menos de dois exercícios, ainda não foi possível utilizar a metodologia do histórico de recebimentos passados, impossibilitando a apuração dos quocientes de perda. Esses quocientes serão apurados assim que a análise possibilitar uma apuração confiável.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

1.2 Créditos a Receber Encaminhados e Inscritos em Dívida Ativa

Em relação aos créditos encaminhados para a Dívida Ativa, por questões sistêmicas (deficiência de informações) e procedimentais, ainda não foi possível obter as informações deste quantitativo, impossibilitando os lançamentos contábeis em conta de controle de créditos encaminhados. Desta forma, o sistema SGI só possui o montante consolidado de créditos já inscritos em Dívida Ativa. Para sanar este problema e possibilitar a geração da informação dos créditos encaminhados à Dívida Ativa, esta demanda está sendo tratada na Ordem de Serviço nº 5332 do Suporte do SGI, específica para esta demanda, que se encontra em andamento até a presente data.

Desta forma, por não haver as informações do saldo de crédito encaminhado, mas ainda não inscrito, o registro contábil do saldo encaminhado resultou no mesmo registro contábil dos créditos inscritos. Com isso, temos que as contas de controle 8.3.1.2.1.00.00 e 8.3.1.2.3.00.00, que tratam dos créditos encaminhados para a Dívida Ativa, tributária não previdenciária e não tributária, respectivamente, resultaram em saldo zero ao final do trimestre.

Em relação à expectativa de recebimento, por orientação do MCASP, os créditos inscritos em Dívida Ativa devem ser registrados como de longo prazo. Porém, devido a questões sistêmicas, esses créditos estão respeitando a origem do crédito a receber, se de curto ou longo prazo, acarretando em um quantitativo maior de inscrições em curto prazo. Este fato está sendo analisado pelo suporte do SGI e constatando que a expectativa de créditos inscritos em Dívida Ativa não pode ser mensurada de forma razoável, os mesmos serão transferidos para o ativo não circulante.

Na tabela a seguir é possível verificar os créditos inscritos em Dívida Ativa, lançados no SIAFI de acordo com as informações gerenciais do sistema SGI.

Tabela 6 – Saldo de Créditos Inscritos em Dívida Ativa em 31/12/2021, em R\$

	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária	92.066.183,79	991.865,12	93.058.048,91
Dívida Ativa Não Tributária	680.735.650,11	21.214.895,86	701.950.545,97
Total	772.801.833,90	22.206.760,98	795.008.594,88
(-) Ajuste de Perdas Estimadas com Dívida Ativa Tributária	(91.406.841,16)	(985.134,09)	(92.391.975,25)
(-) Ajuste de Perdas Estimadas com Dívida Ativa Não Tributária	(675.993.111,50)	(21.126.039,66)	(697.119.151,16)
Total de Ajustes	(767.399.952,66)	(22.111.173,75)	(789.511.126,41)
Expectativa de Dívida Ativa a Receber	5.401.881,24	95.587,23	5.497.468,47

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

1.2.1 Metodologia de Cálculo do Índice de Perda com Dívida Ativa

Para que a contabilidade possa evidenciar com precisão e clareza o Patrimônio do Inmetro, faz-se necessário que os valores a receber com Dívida Ativa que apresentam significativa probabilidade de não realização, bem como os ativos que não geram os benefícios econômicos esperados, sejam ajustados a valor realizável. O ajuste foi feito por intermédio da utilização de contas redutoras dos ativos com Dívida Ativa que estavam mensurados acima do valor provável de realização. A metodologia utilizada para determinação do quociente de recebimento a ser utilizado no exercício de 2021 foi a de utilização do histórico de recebimentos passados, tomando como base os valores recebidos nos exercícios de 2020, 2019 e 2018, conforme informações do sistema SGI. O procedimento foi análogo ao de apuração do quociente de recebimento de créditos a receber, sendo apurados por espécie de crédito (tributário e não tributário), de curto e longo prazo. Os demonstrativos podem ser vistos nas tabelas a seguir.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Tabela 7 – Cálculo dos Quocientes de Perda Estimada para Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE CURTO PRAZO - CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS (1.1.2.5.1.01.00)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	5.125.348,49	427.112,37	992.273.848,97	82.689.487,41	0,52%
Penúltimo Exercício	2019	5.558.252,77	463.187,73	939.044.446,36	78.253.703,86	0,59%
Antepenúltimo Exercício	2018	9.459.605,73	788.300,48	909.530.325,72	75.794.193,81	1,04%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,72%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						99,28%

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE LONGO PRAZO - CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS (1.2.1.1.1.04.01)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	24.707,65	2.058,97	11.194.960,19	932.913,35	0,22%
Penúltimo Exercício	2019	73.628,58	6.135,72	10.489.149,68	874.095,81	0,70%
Antepenúltimo Exercício	2018	71.670,43	5.972,54	6.438.128,42	536.510,70	1,11%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,68%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						99,32%



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE CURTO PRAZO (1.1.2.6.1.00.00)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	40.333.262,68	3.361.105,22	7.869.507.170,06	655.792.264,17	0,51%
Penúltimo Exercício	2019	50.462.336,86	4.205.194,74	7.509.424.200,69	625.785.350,06	0,67%
Antepenúltimo Exercício	2018	63.984.053,31	5.332.004,44	7.065.980.075,33	588.831.672,94	0,91%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,70%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						99,30%

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE LONGO PRAZO (1.2.1.1.1.05.00)						
Exercício		Recebimentos no Exercício		Saldo de Créditos a Receber		Quociente de Recebimento do Exercício
		Total Recebido no Exercício	Média Mensal	Soma dos Saldos Mensais	Média Mensal	
Último Exercício	2020	933.104,07	77.758,67	232.364.483,98	19.363.707,00	0,40%
Penúltimo Exercício	2019	1.177.422,26	98.118,52	250.553.230,09	20.879.435,84	0,47%
Antepenúltimo Exercício	2018	941.540,84	78.461,74	246.951.471,99	20.579.289,33	0,38%
QUOCIENTE DE RECEBIMENTO MÉDIO DO EXERCÍCIO DE 2021						0,42%
QUOCIENTE DE PERDA MENSAL A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2021						99,58%



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Tabela 8 – Resumo dos Quocientes de Recebimento de Dívida Ativa

Tipo De Crédito	Quociente De Recebimento	Quociente De Perda Estimada
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE CURTO PRAZO - CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS (1.1.2.5.1.01.00)	0,72%	99,28%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE LONGO PRAZO - CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS (1.2.1.1.1.04.01)	0,68%	99,32%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE CURTO PRAZO (1.1.2.6.1.00.00)	0,70%	99,30%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE LONGO PRAZO (1.2.1.1.1.05.00)	0,42%	99,58%

Através desses quocientes, é possível verificar a baixa expectativa de recebimento também com os créditos de Dívida Ativa.

Esta perda pode ser justificada, assim como nos créditos a receber não inscritos, pelo estoque de inscrições de contribuintes não plenamente operacionais ou ainda alcançados pela prescrição, mas ainda ativos por questões sistêmicas. A fim de que os valores contabilizados no ativo e no ajuste para perdas estimadas espelhem a real possibilidade de recuperação econômico-financeira do crédito, estão sendo buscados esforços junto a coordenação de informática responsável pelo Sistema de Gestão Integrada (SGI), para realizar o aprimoramento do sistema, conforme Ordens de Serviços ainda em andamento. Constatando-se a impossibilidade de recuperação do crédito de forma definitiva, seja pelos créditos alcançados pela prescrição ou por inaptidão dos contribuintes devedores, será efetuado o desreconhecimento contábil dos respectivos valores do ativo desta autarquia, em conformidade com os preceitos da NBC TSP Estrutura Conceitual (itens 3.10 a 3.16 e 5.6 a 5.13) e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (itens 2.1.1 e 2.1.2).



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Cessão é a modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse e posterior devolução após o transcurso do prazo acordado.

De acordo com a Macro função 021134 - *MOVIMENTAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS*, ocorrendo uma cessão de uso/comodato de um bem móvel, este deve ser desincorporado do ativo da autarquia, figurando apenas em contas de controle. O procedimento adotado, conforme orientação da Macro função citada é, sempre que houver uma cessão de bens, proceder com a baixa do ativo pelo seu valor líquido contábil, apurado no ato da transferência.

Para o devido controle do bem cedido, estes são contabilizados pelo seu valor bruto em contas de controle, registrado pelo CNPJ do órgão que terá a posse do bem, que no caso do Inmetro são os órgãos da RBMLQ-I, responsáveis pelas atividades delegadas do Inmetro em todo o território nacional.

Havendo devolução do bem cedido, pelo fato da área de patrimônio do Inmetro (Dilog) continuar controlando a depreciação acumulada do bem, este é reincorporado no ativo do Inmetro pelo seu valor bruto, sendo apropriada também a depreciação acumulada do bem, de modo que o efeito contábil seja o mesmo que está sendo controlado pelo sistema de patrimônio, evitando assim erros de controle e divergências patrimoniais. O procedimento contábil adotado para reincorporação do bem é o mesmo adotado para transferências entre UGs, disposto na Macro função 021134 - *MOVIMENTAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS*.

Em 31/12/2021, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, apresentou um saldo de cerca de **R\$ 6,9 bilhões** relacionado ao imobilizado. A seguir temos o detalhamento do ativo imobilizado e a comparação com o exercício anterior:

Tabela 9 – Imobilizado – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis	131.099	134.051	-2,20%
(+) Valor Bruto Contábil	200.941	198.199	1,38%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-56.401	-50.707	11,23%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-13.441	-13.441	
Bens Imóveis	6.765.292	7.335.008	-7,77%
(+) Valor Bruto Contábil	6.767.851	7.337.477	-7,76%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada De Bens Imóveis	-2.559	-2.469	3,63%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	6.896.391	7.469.059	-7,67%

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

2.1 Bens Móveis

Os bens móveis do Inmetro são geridos por um sistema próprio, desenvolvido pela autarquia, denominado SISPATRI. Para os registros de movimentação dos bens, bem como sua depreciação mensal, o setor de Patrimônio envia mensalmente ao Serviço de Contabilidade, planilhas de apoio e relatórios do SISPATRI, para subsidiar os



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

devidos lançamentos contábeis.

Os Bens Móveis do Inmetro, em 31/12/2021, totalizavam cerca de **R\$ 131,1 milhões** e estão distribuídos em diversas contas contábeis. Os saldos do SIAFI, em comparação com os relatórios patrimoniais, são detalhados na tabela a seguir.

Tabela 10 – Bens Móveis – Composição em 31/12/2021

			R\$ milhares
	Saldo SIAFI	Correção	Saldo Patrimônio
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	139.457	-	139.457
Bens de Informática	30.659	-	30.659
Móveis e Utensílios	11.538	-	11.538
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.173	20	5.193
Veículos	9.690	-	9.690
Bens Móveis em Andamento	3.404	-	3.404
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Demais Bens Móveis	1.020	-21	999
Depreciação / Amortização Acumulada	-56.401	-	-56.401
Redução ao Valor Recuperável	-13.441	-	-13.441
Total	131.099	-1	131.098

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12 e Planilhas SISPATRI 12/2021.

Verifica-se uma pequena divergência entre o saldo contábil no SIAFI e o saldo no sistema patrimonial na UG 183023 (principal), que é detalhado a seguir:

No grupo *Material Cultural, Educacional e de Comunicação* a divergência apresentada é devida a falta de incorporação no sistema SIAFI, de um bem adquirido e tombado no mês de dezembro/2021 no valor de R\$ 19.794,00, mas que só foi apropriado para pagamento em janeiro/2022, mês em que haverá a compatibilização dos saldos.

Já no grupo *Demais Bens Móveis*, a divergência apresentada ocorre na conta bens móveis a alienar, refletindo ainda o saldo de bens que ainda não tiveram o processo de baixa concluído em virtude de leilões em andamento, mas que já foram baixados do sistema patrimonial, com valor líquido contábil de R\$ 20.614,06. Esse saldo será baixado assim que a contabilidade evidenciar a conclusão do leilão, apurando o ganho ou perda com a alienação dos bens e sua consequente baixa contábil, de acordo com as informações a serem enviadas pela Dilog.

Do montante total de bens móveis, de acordo com o controle patrimonial, considerando o Órgão 30203 (UGs 183023, 183025 e 183039), existem cerca de **9 mil** bens que já chegaram ao seu final de vida útil, porém continuam ativos e gerando benefícios econômicos à instituição. Os bens que chegaram ao final de vida útil perfazem o montante de **17,2 milhões**, o que corresponde a cerca de **8,54%** do total bruto contábil de bens móveis.

Os bens cedidos pelo Inmetro, que não mais compõe o ativo desta autarquia, são controlados pelo registro na conta de controle 8.9.7.1.1.10.00 - *COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS*. Esses bens estão em poder da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro – RBMLQ-I, sendo necessários para o exercício das atividades do Inmetro em todo o Brasil.

Esses bens são adquiridos com recursos do Inmetro e são cedidos para os órgãos delegados através de termos de cessão de uso. Desta forma, ao ocorrerem transferências de bens da autarquia para os órgãos da RBMLQ-I, são



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

realizados lançamentos contábeis de baixas patrimoniais, creditando a conta do respectivo bem e debitando uma VPD. O bem em poder de terceiros é registrado na conta de controle 8.9.7.1.1.10.00, utilizando uma conta corrente no SIAFI que é o CNPJ do detentor do bem. Quando o bem é adquirido diretamente pelo Órgão Delegado com recursos do convênio, ocorre apenas o registro na conta de controle, devendo o bem ser incorporado no patrimônio do ente cessionário.

A distribuição de bens móveis cedidos, por órgão delegado, é vista na tabela a seguir, estando em consonância com o fechamento patrimonial de dezembro/2021:

Tabela 11 – Bens Móveis em Poder dos Órgãos da RBMLQ-I - Detalhamento

Órgão Delegado	Saldo SIAFI	Correção	Saldo Patrimônio
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas	10.144.701,32	-	10.144.701,32
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima	1.272.828,87	-	1.272.828,87
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia	2.182.661,28	-	2.182.661,28
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo	26.936.221,35	-	26.936.221,35
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amapá	1.788.149,26	-	1.788.149,26
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	1.610.708,89	-	1.610.708,89
Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	2.742.222,09	-	2.742.222,09
Instituto de Metrologia e Qualidade de Alagoas	2.480.718,09	-	2.480.718,09
Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba	2.317.589,31	-	2.317.589,31
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo	3.262.180,85	-	3.262.180,85
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná	7.408.608,38	-	7.408.608,38
Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - Iba metro	12.182.976,27	-	12.182.976,27
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio G Norte	2.170.383,16	-	2.170.383,16
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro	8.257.235,53	-	8.257.235,53
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco	9.194.428,37	-	9.194.428,37
Ipem/MT - Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso	4.488.702,07	-	4.488.702,07
Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais	10.687.742,17	-	10.687.742,17
Instituto de Pesos e Medidas de Fortaleza	3.984.038,80	-	3.984.038,80
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre	932.770,87	-	932.770,87
Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - Inmeq/MA	1.844.071,28	-	1.844.071,28
Instituto de Metrologia de Santa Catarina	4.888.357,31	-	4.888.357,31
Instituto de Metrologia do Estado do Pará - Imetro para	2.220.889,95	-	2.220.889,95
Agencia de Metrologia, Avaliação da Conf. Inov. e Tec. do Estado do Tocantins	1.736.825,85	-	1.736.825,85
Agência Estadual de Metrologia – AEM/MS	5.510.604,75	-	5.510.604,75
Total	130.245.616,07	-	130.245.616,07

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12 e Planilhas SISPATRI 12/2021.

Houve a conclusão de importações em andamento no exercício, com a transferência de parte do saldo da conta 1.2.3.1.1.07.02 - *IMPORTACOES EM ANDAMENTO - BENS MOVEIS*, para as contas de seus respectivos bens. Em 31/12/2021, o saldo da conta 1.2.3.1.1.07.02 - *IMPORTACOES EM ANDAMENTO - BENS MOVEIS* foi de R\$ 3.403.995,83.

2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis em poder do Inmetro na data de 31/12/2021 totalizavam cerca de **R\$ 6,8 bilhões**, sendo distribuídos conforme demonstrado nas tabelas a seguir.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Tabela 12 - Bens Imóveis – Composição

Descrição	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	6.732.116	7.302.412	-7,81%
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	8.465	8.465	
Bens Imóveis em Andamento	17.752	17.220	3,09%
Instalações	9.517	9.380	1,46%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-	-
Depreciação / Exaustão / Amortização Acumulada	(2.559)	(2.469)	3,63%
Total	6.765.293	7.335.008	-7,77%

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

Tabela 13 - Bens Imóveis – Descrição

Descrição	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Imóveis Residenciais/Comerciais	13.604	13.604	
Edifícios	577.143	931.657	-38,05%
Terrenos/Glebas	264.024	355.917	-25,82%
Armazéns/Galpões	10.431	16.306	-36,03%
Laboratórios/Observatórios	4.283	39.268	-89,09%
Complexos/Fábricas/Usinas	5.771.840	5.771.840	
Estacionamentos E Garagens	1.510	1.510	
Autarquias/Fundações	21.167	21.167	
Postos De Fiscalização	76.580	159.608	-52,02%
Total	6.740.582	7.310.877	-7,80%

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

Os Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET correspondem a quase a totalidade dos bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de aproximadamente **R\$ 6,7 bilhões** em 31/12/2021 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da autarquia são constituídos de **Complexos/Fábricas/Usinas**, com **85%** do patrimônio total, conforme figura a seguir:

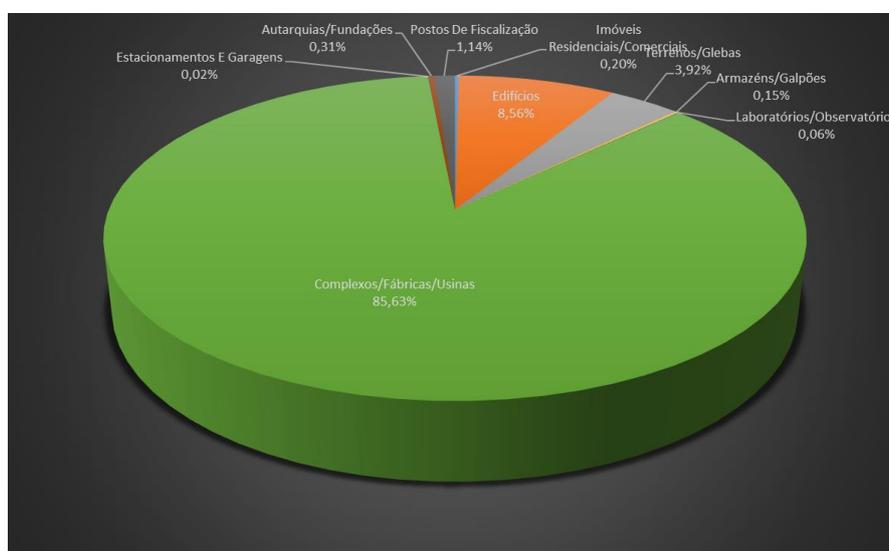


Figura 1: Composição dos Bens Imóveis do Inmetro em 31/12/2021.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

2.2.1 Concessão de Bem Imóvel ao Inmetro

Foi cedido ao Inmetro pelo Banco Central do Brasil (UG/Gestão 173057/17804), a área disponível no edifício localizado na Avenida Presidente Vargas nº 730, no Rio de Janeiro/RJ. A formalização da cessão foi feita através de Termo de Cessão de Uso de Área Bacen/ADRJA-50051/2020 PE 165742. A Cessão da área foi realizada a título gratuito, para ser utilizada única e exclusivamente como escritório do INMETRO no Rio de Janeiro, mediante rateio de despesas em comum.

De acordo com o disposto na Macro Função SIAFI 020344 - Bens Imóveis, item 6.2.4.4., letra d, deveria ocorrer a desincorporação do imóvel no cedente (Banco Central do Brasil) e a incorporação no Inmetro (cessionário). Porém, o critério adotado pelo Banco Central do Brasil foi a aplicação da Norma IAS 16 imobilizado, do IASB, segundo a qual os imóveis cedidos devem permanecer registrados na contabilidade do Banco Central do Brasil.

Desta forma, a fim de controlar o bem cedido ao Inmetro, foi realizado o registro do valor atualizado da área concedida, em 02/09/2021, conforme valor atualizado informado pelo Banco Central do Brasil. O valor registrado foi de R\$ 1.876.058,62, figurando na conta de controle 8.9.7.2.1.09.00 - CESSAO DE USO - BENS RECEBIDOS.

2.3 Depreciação

A entidade pública necessita apropriar, ao resultado de um período, o desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado, por meio do registro da despesa de depreciação, em obediência ao princípio da competência.

Ao longo do tempo, com o desgaste pelo uso, a obsolescência e a ação da natureza, os ativos vão perdendo valor, e essa perda de valor é reconhecida pela contabilidade, periodicamente, até que esse ativo atinja o valor residual.

O método de cálculo da despesa com depreciação utilizado é o das quotas constantes, já que a informação deve ser consistente e comparável. O método utilizado para determinar o valor contábil bruto é o preço de aquisição ou, na ausência deste, o valor reavaliado utilizando o preço de mercado.

A vida útil econômica e a taxa utilizada para depreciação, para toda a classe de bens móveis, são os definidos no Manual SIAFI 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.

As despesas com a depreciação dos bens móveis são lançadas mensalmente, de acordo com as informações apresentadas pela Divisão de Logística de Bens do Inmetro (Dilog).

Em relação à depreciação de bens imóveis, os valores são registrados pela UG 170999, conforme critérios e valores definidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

3 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados a fim de ser verificado se ainda proporcionam benefícios econômicos para a entidade, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Em 31/12/2021 o Inmetro apresentou um saldo de cerca de **R\$ 15 Milhões** relacionados ao intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o exercício de 2021 e a comparação com o exercício anterior.

Tabela 14 – Intangível – Composição.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	R\$ milhares
			AH(%)
Software com Vida Útil Definida	4.678	4.627	1,12%
Software com Vida Útil Indefinida	10.281	9.136	12,53%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	68	68	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	15.028	13.831	8,65%

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12

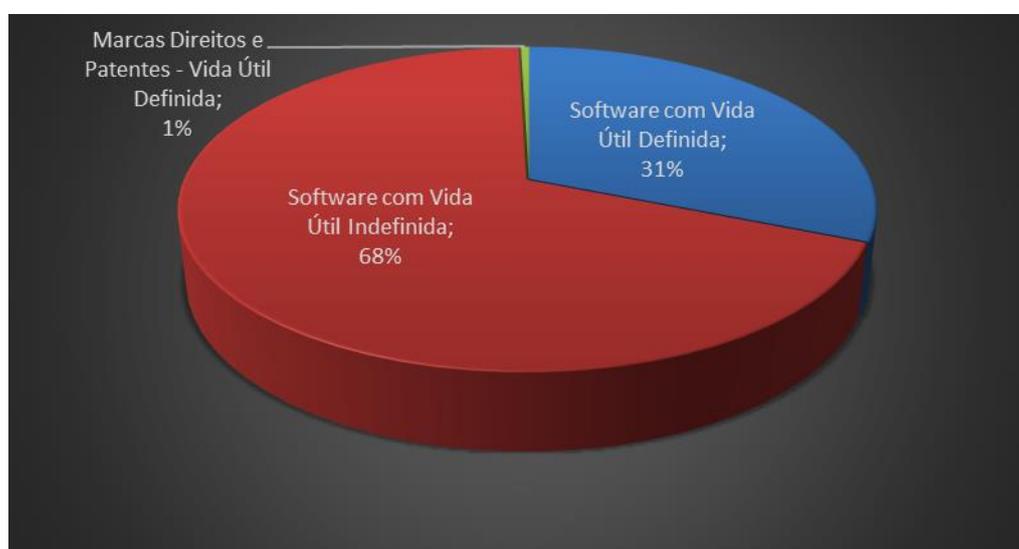


Figura 2: Composição dos Bens Intangíveis do Inmetro em 31/12/2021.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil indefinida, que representa **68%** do grupo. Este montante corresponde ao sistema de Gestão Integrada do Inmetro – SGI, desenvolvido internamente pela autarquia. Pelo fato dos gastos com o desenvolvimento deste software gerarem benefícios econômicos futuros, ser identificável e controlado pela autarquia, correspondendo ao sistema de grande importância para o Inmetro, responsável pela gerência da arrecadação, controle dos serviços prestados pela RBMLQ-I, prestação de contas dos convênios, dentre outros serviços inerentes às atividades fins do Inmetro, este software está reconhecido como ativo. A governança deste software está sob responsabilidade da UG 183039 – Superintendência do Inmetro no Estado do RS, sendo gerido pela Coordenação Geral da Tecnologia de Informação do Inmetro - CTINF.

3.1 Ressalvas no Intangível

Em relação às amortizações dos intangíveis com vida útil definida, ainda não houve o registro contábil por não ter sido definido pela administração, os critérios e parâmetros para definir a desvalorização mensal desses ativos.

Neste sentido, foi nomeada a Comissão Permanente de Avaliação, Incorporação e Baixa de Bens Patrimoniais do Inmetro, que também ficará responsável pela avaliação do intangível para posterior processo de amortização. Após finalização dos trabalhos da comissão e posterior envio a este Serviço de Contabilidade, o intangível do Inmetro será devidamente atualizado.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

4 Análise Analítica da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Analisando as variações patrimoniais do quarto trimestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, identificamos as maiores variações horizontais com relevância na variação vertical, sendo feito o detalhamento quando necessário, dependendo da relevância do valor (em negrito), conforme quadro a seguir:

Posição	Variações Patrimoniais Aumentativas	AH	AV - 12/21
1	Ganhos com Incorporação de Ativos	1013,56%	2,57%
2	Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	251,31%	0,01%
3	Juros e Encargos de Mora	-100,00%	0,00%
4	Variações Monetárias e Cambiais	-89,07%	0,01%
5	Ganhos com Desincorporação de Passivos	-58,08%	0,34%
6	Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	33,78%	6,89%
7	Outras Transferências e Delegações Recebidas	-30,69%	0,52%
8	Taxas	21,67%	30,99%
9	Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	18,85%	14,07%
Posição	Variações Patrimoniais Diminutivas	AH	AV - 12/21
1	Perdas Involuntárias	11563,37%	0,00%
2	Desincorporação de Ativos	980,02%	35,56%
3	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	192,70%	0,00%
4	Outras Transferências e Delegações Concedidas	147,16%	0,48%
5	Juros e Encargos de Mora	-83,97%	0,00%
6	Uso de Material de Consumo	53,32%	0,31%
7	Descontos Financeiros Concedidos	45,78%	1,35%
8	Transferências Intragovernamentais	39,52%	45,39%
9	Contribuições	30,20%	0,07%
10	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27,14%	0,45%

Quadro 2: Análise Horizontal – Maiores Variações do 4º Trim/2021 em relação ao 4º Trim/2020 - DVP.

As variações mais significativas são detalhadas a seguir:

Em relação às variações patrimoniais aumentativas:

Item 1: Ganhos com Incorporação de Ativos (1013,56%): A variação é devida por incorporações de imóveis registradas no SPIUNET pela Divisão de Logística de Bens (Dilog), acarretando em lançamentos na conta 4.6.3.9.1.01.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO. Porém, verifica-se que houve baixa com a desincorporação de ativos, tratando-se de ajuste entre contas, não produzindo desta forma acréscimo patrimonial significativo ao analisar a ocorrência de desincorporação de ativos.

Item 2: Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras (251,31%): Em análise verifica-se que a alteração deste grupo é devida a recolhimentos ocorridos por GRU de código 20072-7 - INMETRO- REC FINAN RBMLQ.

Item 3: Juros e Encargos de Mora (-100%): A queda neste grupo é devida a não ocorrência de ganhos com juros, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Importante ressaltar que por questões sistêmicas, em caso de cobrança de GRUs em atraso, o valor total atualizado continua compondo o campo do valor principal, sendo contabilizado na receita principal da GRU, ao invés da receita com juros. No caso de atualização e encargos por atraso arrecadados diretamente no preenchimento da GRU, esses



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

são contabilizados na receita com multas, de acordo com a parametrização dos códigos da GRU realizada pela GEARE.

Em relação às variações patrimoniais diminutivas:

Item 1: Perdas Involuntárias (11563,37%): A variação é devida ao lançamento de baixa de bens móveis, ocorrida durante o exercício, de acordo com as informações enviadas pela Dilog.

Item 2: Desincorporação de Ativos (980,02%): A variação mais expressiva neste item é devida a desincorporação de imóveis registrados no SPIUNET pela Divisão de Logística de Bens (Dilog), acarretando em lançamentos na conta 3.6.5.1.1.01.00 - DESINCORPORACAO DE ATIVOS. Os lançamentos foram realizados para fins de regularização.

Item 3: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (192,70%): Em análise, verifica-se que a variação é causada pelo aumento de pagamentos referente a taxas neste exercício, conta contábil 3.7.1.2.2.01.00 – TAXAS, principalmente com pagamentos realizadas ao INPI, para registro de patente.

Item 4: Outras Transferências e Delegações Concedidas (147,17%): A variação se deve a movimentação patrimonial ocorrida durante o ano, com transferência de bens móveis aos órgãos delegados.

4.1 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

No encerramento do exercício, permaneceu saldo em Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar, oriundo da conta 4.9.1.1.1.01.06 – VPA Bruta a Regularizar – Alienação de Bens, causando a restrição contábil 713. O saldo de R\$ 220.684,70 é oriundo de recolhimentos de GRU referente ao leilão de bens móveis realizado pelo Inmetro, mas que ainda não tiveram seus bens baixados no patrimônio, com a emissão de seus respectivos termos de baixa patrimonial. Como esses termos não foram enviados pela Divisão de Logística de Bens (Dilog) até o encerramento do exercício, não foi possível analisar se houve ganho ou perda com a alienação desses ativos, conseqüentemente não sendo possível realizar o lançamento de baixa dos bens do ativo imobilizado. Esta situação deverá ser regularizada em janeiro/2022.

4.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Oriundas de Término de Convênios

Neste exercício, foram recolhidos o montante de R\$ 10.404.362,85 pelos órgãos da RBMLQ-I, que se trata de devolução do saldo remanescente dos convênios terminados em 30/11/2020, acrescido dos rendimentos de aplicação financeira. Os valores totais recolhidos no exercício de 2021 por órgão delegado da RBMLQ-I (conveniente), pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 15 – VPA oriunda de devolução de convênios no Exercício 2021

Transferência SIAFI	Total Recolhido	Convênio	Conveniente
676974	7.952,23	01/2013	IPEM/ES
676975	90.976,18	02/2013	IPEM/MG
676976	244.493,27	03/2013	IPEM/RJ
676978	279.206,82	05/2013	IPEM/PR
676979	9.118,21	06/2013	IMETRO/SC
676980	62.946,54	07/2013	AEM/MS
676981	1.232.021,76	08/2013	IPEM/MT



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

676982	1.398.987,16	09/2013	AEM/TO
676983	51.354,28	10/2013	IPEM/AC
676984	871,25	11/2013	IPEM/AM
676985	341.327,28	12/2013	IPEM/AP
676986	347.149,87	13/2013	IMETRO/PA
676987	812.743,82	14/2013	IPEM/RO
676988	737.728,77	15/2013	IPEM/RR
676989	150,78	16/2013	INMEQ/AL
676990	4.744.300,00	17/2013	IBAMETRO
676991	15.505,88	18/2013	IPEM/FORTALEZA
676992	9.347,81	19/2013	INMEQ/MA
676994	4.444,78	21/2013	IPEM/PE
676995	3.208,11	22/2013	IMEPI
676997	10.528,05	24/2013	ITPS/SE
Total Geral	10.404.362,85	-	-

Essa VPA é contabilizada em Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, por se tratar de receita com restituições.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

5 Análise Analítica do Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas efetivamente arrecadadas e as despesas devidamente empenhadas, conforme parâmetros definidos na Lei nº 4.320/1964.

A partir do Balanço Orçamentário do Órgão 30203 – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, verificamos que o total de despesas empenhadas, até o encerramento do exercício de 2021 foi de **R\$ 697.450.813,55**, assim distribuídas:

Tabela 16 – Despesas Empenhadas – Distribuição, em R\$

	Total Empenhado
Despesas Correntes	685.995.458,25
Pessoal e Encargos Sociais	291.161.204,69
Outras Despesas Correntes	394.834.253,56
Despesas de Capital	11.455.355,30
Total	697.450.813,55

Fonte: SIAFI 2021/Balancete 31/12.

No acumulado do 4º trimestre temos que 98,36% do total da despesa empenhada é referente às despesas correntes, onde, deste total, cerca de 57,56% é referente a outras despesas correntes. Verifica-se que, do total de outras despesas correntes empenhadas, cerca de 75,43% é referente às transferências realizadas à Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I), responsável pela execução das atividades do Órgão em todo o território nacional. As transferências efetivamente realizadas (despesas pagas) por Órgão Delegado, são detalhadas a seguir.

Tabela 17 – Total de Transferências de Recursos para a RBMLQ-I, em R\$

ÓRGÃO DELEGADO	ACUMULADO ATÉ O 4º TRIMESTRE DE 2021
IPEM/AC	810.125,00
AEM/TO	2.056.334,26
IPEM/AP	673.031,37
IPEM/RJ	27.162.352,70
IPEM/SP	108.214.787,11
IPEM/MG	21.977.980,11
IMEQ/PB	2.993.760,00
INMEQ/AL	2.962.795,88
IPEM/PE	9.117.443,61
IPEM/RO	1.351.912,76
IBAMETRO	13.751.050,00
IMETRO/SC	13.220.394,00
IPEM/FORTALEZA	10.034.920,75
IPEM/MT	8.289.190,25
IMEPI	4.329.636,45
IPEM/RN	3.128.682,84
ITPS/SE	3.045.034,00
INMEQ/MA	4.408.577,25
IPEM/AM	6.511.596,38
IPEM/ES	6.985.107,00
AEM/MS	8.414.625,51
IMETRO/PA	4.275.918,72
IPEM/PR	21.418.303,67
IPEM/RR	416.449,00
TOTAL	285.550.008,62

Fonte: SIAFI 2021/Documentos TF emitidos para a RBMLQ-I.



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

Em relação às receitas, a receita realizada pela autarquia até o quarto trimestre de 2021 foi de **R\$ 689.206.048,91**, assim distribuídas:

Tabela 18 – Receita Realizada – Distribuição

Receitas	Total Realizado
Receitas Correntes	688.012.114,21
Receitas Tributárias	398.457.402,79
Receita Patrimonial	119.920.447,89
Receitas de Serviços	2.224.379,45
Outras Receitas Correntes	167.409.884,08
Receitas de Capital	1.193.934,70
Alienação de Bens	1.193.934,70
Total	689.206.048,91

Fonte: SIAFI 2021.

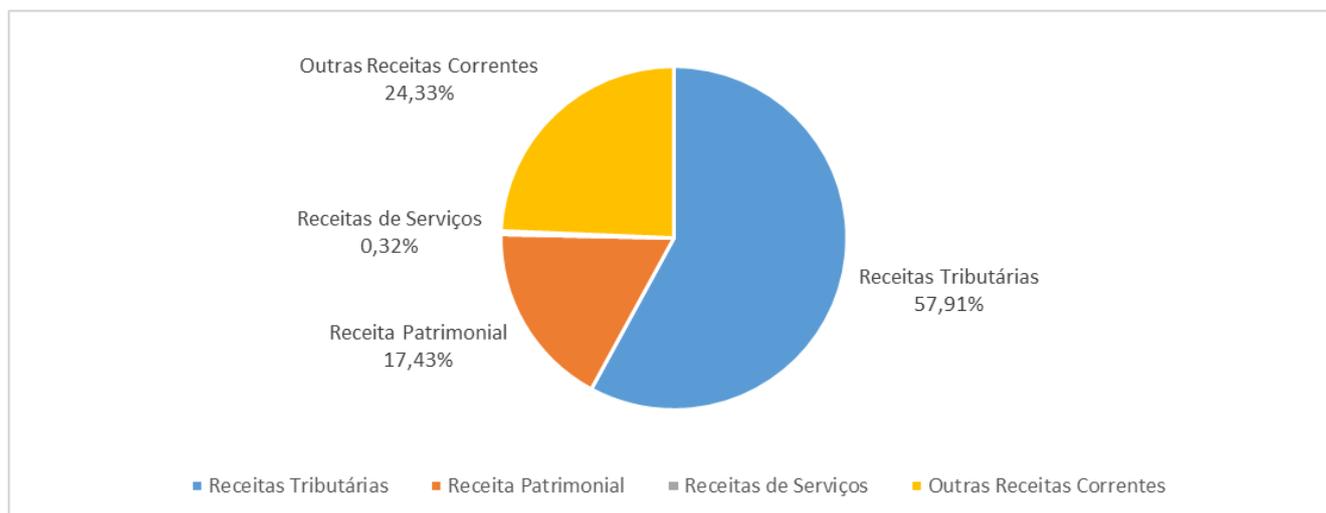


Figura 3: Distribuição da Receita Corrente Realizada até o Quarto Trimestre de 2021.

Em relação à composição da receita realizada, verificamos que a parcela mais significativa está na receita tributária, com **57,91%**. Esta receita é referente à taxa pelo exercício do poder de polícia, oriundas de inspeção, controle e fiscalização, provenientes das atividades prestadas pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I) em todo o território nacional, por intermédio dos Órgãos Delegados.

Em comparação com a receita corrente realizada no mesmo período do exercício anterior, verificamos um aumento da ordem de 39% em relação ao total arrecadado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 19 – Comparativo da Receita Corrente Realizada – 2021/2020

Receitas Correntes	2021	2020	%
Receitas Tributárias	398.457.402,79	285.318.312,63	39,65%
Receita Patrimonial	119.920.447,89	90.395.634,01	32,66%
Receitas de Serviços	2.224.379,45	1.484.275,47	49,86%
Outras Receitas Correntes	167.409.884,08	116.605.031,27	43,57%
Total	688.012.114,21	493.803.253,38	39,33%

Fonte: SIAFI 2021 e SIAFI 2020.

Esta variação positiva denota uma recuperação da receita arrecadada, em comparação ao exercício anterior, onde a



Notas Explicativas 4º Trimestre/2021

receita havia sido afetada pelas restrições causadas em virtude da pandemia da Covid19.

Considerando o total de receitas arrecadadas que compõe o orçamento do Inmetro (Fontes¹ 0174, 0150, 0163 e 0180) e o total de despesas empenhadas, o resultado orçamentário do exercício de 2021 foi um **déficit de R\$ 8.244.764,64**.



Figura 4: Resultado Orçamentário do 4º Trim/2021.

Importante destacar que no Balanço Orçamentário é considerado apenas a receita realizada pelo Órgão, conforme consulta na conta 6.2.1.2.0.00.00 - *RECEITA REALIZADA* deduzindo da conta 6.2.1.3.0.00.00 *DEDUCOES DA RECEITA ORCAMENTARIA*, que não considera os recursos destinados para a Fonte 100 (Recursos Ordinários do Tesouro, referente à retenção de 30% da receita tributária arrecadada). Entretanto, a receita total arrecadada pelo Inmetro no exercício, considerando todas as Fontes, foi de **R\$ 859.888.841,02**, conforme consulta na conta 8.9.9.9.1.08.02 - *CONTROLE DA ARRECADAÇÃO NA UG ARRECADADORA*. A evolução da receita arrecadada no exercício, registrada nesta conta, pode ser vista na figura a seguir:



Figura 5: Evolução da Receita Arrecadada no Exercício de 2021.

¹ A partir do Exercício de 2021 o Governo Federal, mediante a necessidade de identificar, nas alterações orçamentárias, se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores, alterou, mediante a Portaria SOF/ME nº 15.073, de 26/12/2019, publicada no DOU de 27/12/2019, o grupo de fontes de recursos da classificação orçamentária, privilegiando a informação quanto à origem da arrecadação dos recursos - se pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores - em detrimento da informação de se tratar de arrecadação de recursos do tesouro ou de recursos de outras fontes. Deste modo, os recursos próprios arrecadados pelo Inmetro, passaram para as Fontes 150 (antiga 250) e 180 (antiga 280).